

Soraia Patrícia Soares Leiroz Cunha



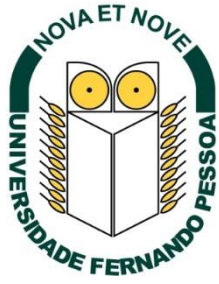
Perceção de in/segurança em estudantes universitários do Pólo de Asprela e o desenho urbano como preventor do crime

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Porto, 2016

Soraia Patrícia Soares Leiroz Cunha



Perceção de in/segurança em estudantes universitários do Pólo de Asprela e o desenho urbano como preventor do crime

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Porto, 2016

Soraia Patrícia Soares Leiroz Cunha

Perceção de in/segurança em estudantes universitários do Pólo de Asprela e o desenho urbano como preventor do crime

Assinatura:

(Soraia Patrícia Soares Leiroz Cunha)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Criminologia, sob orientação de Laura M. Nunes.

Sumário

O presente trabalho centra-se numa proposta de um estudo com o objetivo de apreender a percepção que os jovens universitários, estudantes numa das faculdades do Pólo de Asprela, têm sobre a segurança ou insegurança nessa área e a comparação respetiva com o desenho urbanístico, ou seja, a prevenção, ou não, do crime, através da arquitectura ambiental (*Crime Prevention Through Environmental Design - CPTED*), que abrange esta zona da cidade do Porto. Em suma, se as características arquitetónicas deste local, influenciam, ou não, a ocorrência de crime, em que locais, e as medidas preventivas a tomar para alterar e melhorar esta situação. Para isso, fez-se uma análise exaustiva de literatura científica na área da segurança/insegurança, medo do crime, incivilidades, estilo de vida estudantil e CPTED's, bem como do Diagnóstico Local de Segurança (DLS) do Pólo de Asprela realizado pelo Observatório Permanente de Violência e Crime (OPVC), de onde será extraído parte do questionário que aqui se propõe como técnica de investigação. É um trabalho a aprofundar futuramente.

Palavras-chave: prevenção, Asprela, desenho urbano, CPTED, segurança, insegurança.

Abstract

This paper focuses on a proposal for a study in order to apprehend the perception that young college students in one of the Asprela Pole colleges have on the security or insecurity in the area and the respective comparison with the urban design, that is, the prevention, or not, of crime through environmental design (*Crime Prevention Through Environmental Design - CPTED*), which covers this area of Porto. In short, if the architectural features of this location, influence, or not, the occurrence of crime, in which locations, and preventive measures to be taken to change and improve this situation. For this, there was an exhaustive review of the scientific literature in the field of security/insecurity, fear of crime, incivilities, student lifestyle and *CPTED's* and of the Diagnostic Security Location (DLS) of Asprela Pole conducted by Permanent Observatory of Violence and Crime (OPVC), from which will be extracted part of the

questionnaire that is proposed here as a research technique. It is a work to deepen in the future.

Keywords: prevention, Asprela, urban design, CPTED, safety, unsafety.

Agradecimentos

À Universidade Fernando Pessoa e a todo o corpo docente, pela enorme qualidade de ensino e recursos que me proporcionou, ajudando-me a ser quem sou e a obter o conhecimento que hoje tenho.

Ao Observatório Permanente de Violência e Crime e a todos os seus colaboradores pelo incrível estágio e pela oportunidade que me ofereceram em participar nas suas investigações que tanto contribuem para a compreensão do fenómeno criminal, ajudando à minha realização a nível profissional e fazendo-me sentir necessária nesta profissão.

À Prof^a Dra. Laura Nunes pelo privilégio de aceitar orientar-me e supervisionar-me na mais difícil etapa da licenciatura que é a sua conclusão. Sem si seria muito mais difícil.

À minha família por todo o apoio incondicional que sempre me dispensaram sem pensar duas vezes, e ao João por me aturar mesmo quando é uma tarefa impossível e me apoiar em todos os passos.

E, por fim, aos meus colegas de turma por me acompanharem nesta jornada ao longo de três trabalhos anos, que não teria sido possível sem a vossa colaboração, mas principalmente ao meu companheiro de estágio Pedro Marujo por ter estado sempre lá, a todas as horas, em todos os momentos, dizendo que tudo vai ficar bem, à Ana Moreira pela sua disponibilidade e ajuda, e à Teresa Silva e à Cláudia Maia, pelas gargalhadas e momentos de descontração sempre necessários após as horas de trabalho exaustivo.

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 9 |
| Capítulo I Enquadramento teórico..... | 11 |
| 1.1. Conceitos de in/segurança nas cidades..... | 12 |
| 1.2. Crime, medo do crime e incivilidades..... | 14 |
| 1.3. In/Segurança e estilo de vida estudantil..... | 16 |
| 1.4. A cidade e os espaços urbanos – questões de in/segurança..... | 17 |
| 1.5. Alguns estudos sobre segurança e crime..... | 23 |
| Capítulo II Contribuição empírica..... | 25 |
| 2.1. Desenho de estudo..... | 26 |
| 2.2. Amostra..... | 27 |
| 2.3. Material e procedimento..... | 28 |
| 2.4. Resultados esperados..... | 31 |
| Análise conclusiva..... | 33 |
| Referências bibliográficas..... | 34 |
| Anexos..... | 38 |

Introdução

O presente trabalho consiste num projeto de investigação centrado nas questões relacionadas com a segurança e com os espaços, numa área urbana de circulação, de uma população predominantemente constituída por estudantes universitários. Trata-se do tipo de estudo cuja importância se revela a partir da necessidade de cuidar da segurança nessas áreas comunitárias tão específicas.

Assim, parece revelar-se útil um estudo que se focalize neste tema, até porque, como tem vindo a ser noticiado (Pessoa e Silva, 2014), alguns crimes, como o furto e o roubo, entre outros, parecem ser bastante frequentes na área em que se pretende desenvolver a análise aqui projetada. Por outro lado, e tratando-se este projeto de um estudo sobre o Pólo Universitário de Asprela, da cidade do Porto, foi já desenvolvido um estudo exploratório nessa região da cidade (Nunes e Sani, 2016), enquadrado nas análises do Observatório Permanente de Violência e Crime (OPVC), da Universidade Fernando Pessoa (UFP). Os resultados revelaram as percepções de mais de 300 estudantes, que referiram a observação de crime no Pólo Universitário de Asprela, apontando a necessidade de mais vigilância. Foram ainda analisados os espaços que apresentam características potenciadoras do crime, como pode ler-se no respetivo relatório científico. Entre alguns dos resultados mais relevantes, constatou-se que 40% dos estudantes universitários considera que Asprela não é uma zona segura e 15% da população estudantil foi vítima de crime naquela área. O estudo realizou-se em estreita colaboração com o Comando Metropolitano de Polícia de Segurança Pública do Porto, e foi apresentado com a parceria da Câmara Municipal do Porto (OPVC, 2015), tendo deixado claro o imperativo de se realizarem mais estudos.

Na sequência do que acabou de ser referido, impõe-se a definição concreta de objetivos a seguir na análise que aqui se apresenta. Por isso, prevêm-se os objetivos gerais de capturar a percepção de in/segurança dos estudantes da área urbana em análise, bem como identificar as características do desenho urbanístico (e paisagístico) da área referida. Mais especificamente, pretende-se captar o que os estudantes percebem sobre os crimes mais frequentes na área em que circulam, e sobre os crimes que mais temem, tentando ainda perceber-se a ideia que

terão sobre a atuação policial naquela área da cidade; importa ainda descrever o traçado de espaços que, naquela região possam estar relacionados com as ocorrências criminais.

Para tanto, este trabalho inicia-se com a apresentação de um breve enquadramento teórico para, de seguida, se passar à apresentação do projeto do estudo propriamente dito. Finalmente, será apresentada a análise dos resultados que, à luz da teoria revista, serão esperados para o estudo e, depois, surgirão as conclusões. Perspetiva-se que este estudo possa ajudar na prevenção do crime através do desenho urbano e no melhoramento do sentimento de segurança percebido pelos estudantes.

Capítulo I

Enquadramento teórico

1.1. Conceitos de in/segurança nas cidades

Para dar início a um projeto desta natureza, impõe-se uma revisão da literatura que se refletirá nesta parte do trabalho. Assim, é imperativo que se apresentem alguns conceitos básicos associados ao tema que aqui se tratará.

Ora, desde o início dos tempos que os seres humanos sempre procuraram garantir a segurança e o bem-estar das pessoas em termos de planeamento e proximidade do local para a água, alimentos e outros recursos vitais. Proteção e segurança têm sido problemas significativos ao longo da história. Acrescente-se que, para termos cidades consideradas sustentáveis, há necessidade de garantir condições de segurança para os seus residentes que, saliente-se, não deverão temer a perda de tal segurança (Cozens, 2008).

O crime é, assim, um dos fenómenos atuais que mais tem contribuído para um aumento dos níveis de ansiedade e de insegurança presentes na nossa sociedade. Para além dos malefícios materiais que provoca, o crime tende a fazer aumentar sentimentos de medo e de incerteza (Ferreira, 1998), que abordaremos mais à frente. De acordo com a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011), atualmente apenas Direção Geral do Território (DGT), nas grandes cidades existem diversos fatores que influenciam o incremento da criminalidade e o sentimento de insegurança dos cidadãos, entre os quais:

- i) Densidades populacionais elevadas, conjugadas com elevadas densidades do parque edificado, particular mas não exclusivamente na periferia imediata das cidades, onde se localiza boa parte dos bairros sociais críticos;
- ii) Desqualificação urbanística;
- iii) Insuficiente oferta de infraestruturas e equipamentos sociais;
- iv) Presença considerável de famílias desestruturadas;
- v) Problemas de integração de imigrantes e minorias étnicas;
- vi) Problemas de exclusão social e económica;
- vii) Taxas de desemprego elevadas;
- viii) Taxas de abandono escolar elevadas;

- ix) Contrastes sociais com forte incidência territorial como, por exemplo, a proximidade entre bairros críticos e condomínios fechados/privados;
- x) A proliferação de centros comerciais, associada a novas formas de organização do comércio e de consumo.

É neste sentido que os Diagnósticos Locais de Segurança (DLS) passaram a ser realizados. O objetivo do DLS é fornecer esta forma de análise. Para alcançar os seus objetivos, o DLS procura uma abordagem estratégica para obter os resultados desejados de forma duradoura, permitindo uma utilização eficaz dos escassos recursos existentes, sobre os problemas da comunidade e as suas respostas reais, fortalecendo assim a sua resolução. O processo procura ser evolutivo, de inclusão e participativo, de forma que todos os interesses relevantes sejam corretamente considerados e para que a comunidade beneficie do mesmo (Direção Geral Administração Interna, 2009).

1.2. Crime, medo do crime e incivilidades

O crime é um problema social que afeta a vida de milhares de cidadãos anualmente. Os fenómenos de criminalidade, contra pessoas ou propriedades, geram um sentimento de insegurança e medo, mas, mais especificamente, os crimes de furto, roubo, violação, homicídio e outras ameaças à segurança pessoal. O medo resultante destes tipos de crime inibe as pessoas, afeta o exercício da sua liberdade e reduz o envolvimento comunitário (Direção Geral Administração Interna, 2013). Assim, o ter medo face à eventualidade de se vir a ser vítima de um crime irá produzir insegurança e isolamento (Brites, 2010).

Segundo Leal (2007), embora o sentimento de insegurança não possa ser confundido com o estado real de insegurança, ou com as possibilidades de se poder vir a ser vítima, as representações sobre esse sentimento estão quase sempre ligadas a experiências de vitimação, ou a avaliações, quase sempre objetivas, acerca da probabilidade de se ser vítima, assim, o sentimento de insegurança não resulta então só das experiências de vitimação mas também da dinâmica mediática transmitida pela comunicação social. Esse sentimento resulta do modo como os poderes públicos e os órgãos de comunicação social gerem essa situação. Por isso, sentimento de insegurança e real insegurança são realidades diferentes. Pode-se então interpretar que a pequena criminalidade de rua, principalmente, é o que vai sustentar, o medo à cidade, através da circulação do rumor sobre a sua proliferação. Sentimos medo ao sentir que os outros o sentem. De acordo com Fernandes e Rêgo (2011, p.170) “...passamos do medo à cidade, que é uma coisa de leigos, para o sentimento de insegurança, que é uma coisa de especialistas...”.

Ou seja, o sentimento de insegurança e o medo do crime estão intrinsecamente ligados. Os mesmos autores referem ainda que o medo do crime não tem uma leitura linear pois está ligado a fatores contraditórios, chamados paradoxos de insegurança. Entre esses fatores estão: o facto de os sítios onde as pessoas têm mais medo de ir, ou frequentar, não são, normalmente, os sítios com mais ocorrências de crime; o período em que se denota mais medo será então noturno, sendo este é o período onde decorrem menos crimes; as pessoas sentem um maior medo de serem vítimas de ofensas corporais, quando os maiores crimes cometidos são contra a propriedade; os indivíduos que já foram vitimados sentem menos

medo que os que nunca sofreram ofensas; e as estatísticas afirmam que os agressores encontram-se maioritariamente no grupo dos jovens da periferia urbana desqualificada, mas “esquecem-se” que estes também são os mais vitimizados.

Fenech (2001) afirma que vários entendedores concordam que um aumento nos valores de criminalidade poder-se-á dever à explosão da pequena delinquência, que algumas pessoas classificam de incivildades, para encobrirem a sua gravidade. É esta mesma desordem que contribui, também para o sentimento de insegurança.

Torna-se pertinente, neste ponto, falar da teoria “*broken windows*” (Kelling e Coles, 1996), ou vidros partidos, isto porque trata-se de uma robusta opção política na justiça criminal e na prevenção do crime e está directamente ligada a esta questão de incivildades e medo do crime pois “*broken windows*” é uma metáfora que significa que basta uma janela partida não ser devidamente reparada e este será um sinal de que ninguém se importa convidando assim a mais janelas partidas nesse mesmo local, ora, o comportamento desordeiro irá contribuir para o medo do crime, crimes mais graves, e, conseqüentemente, a decadência urbana. “*Broken windows*” defende então uma forte ligação entre medo do crime e desordem e entre incivildades e crime. Os especialistas defendem que esta é uma solução política e de prevenção que pode ser implementada como parte de uma agenda mais ampla de solução de problemas, pois são opções práticas, que podem ser empregues rapidamente e oferecer o potencial de resultados em tempo útil (Sousa e Kelling, 2004).

1.3. In/Segurança e estilo de vida estudantil

Falando de estilo vida estudantil é essencial falar na teoria de Lawrence Cohen e Marcus Felson, a teoria das atividades rotineiras (1979). Estes autores explicam a mesma como sendo a convergência de 3 fatores: i) um ofensor motivado; ii) alvos apetecíveis (como os estudantes, que transportam consigo objetos de valor, entre eles, automóveis, telemóveis, computadores, entre outros); e iii) a ausência de vigilância (pessoas que impeçam a atividade criminal, é o caso da mudança do sexo feminino para o mundo do trabalho, que contribuiu para o abandono das residências durante o dia, e, naturalmente, não estando em casa já não há vigilância, tanto da sua própria residência, como da rua onde habitam) (Reid, 2003); se um destes componentes falha, o mais provável é o crime não ser cometido, se, pelo contrário, todos eles estão presentes e um deles é fortalecido há uma maior probabilidade do crime aumentar, pois aumentam as oportunidades para o mesmo (Adler, Mueller e Laufer, 2004). Esta teoria contribui para uma melhor explicação de fatores tais como a vitimização da juventude, os crimes contra a propriedade e os furtos na via pública (Reid, 2003). Esta abordagem não explora os fatores que levaram um ofensor a cometer um crime mas sim nas atividades de rotinas diárias da população nas quais o ofensor entra em contato com alvos e vítimas apetecíveis (Adler, Mueller e Laufer, 2004).

1.4. A cidade e os espaços urbanos – questões de in/segurança

A grande questão passa agora a centrar-se em como o desenvolvimento urbano afeta a segurança pública, e como este pode contribuir para colmatar a (in)segurança coletiva (Costa, 2015). Neste ponto chegamos à abordagem da Criminologia ambiental. Esta, consiste em examinar o local e o contexto em que um crime específico ocorreu, para o entender e explicar os seus padrões, ou seja, onde e quando o crime sucedeu, quais as características físicas e sociais do local do crime e que movimentos levaram a que o ofensor e a vítima se encontrassem no local do crime. Ao contrário do estabelecido pela teorias criminológicas que tentam explicar a motivação criminal a Criminologia ambiental parte do pressuposto de que algumas pessoas já são motivadas a cometer crimes. Através de mapas do crime, globais, locais ou específicos, tais como um edifício em particular ou um terreno, os criminólogos ambientais conseguem detetar padrões criminais e relacioná-los com o número de alvos, a população infratora, as atividades rotineiras nessa área, tais como escola, emprego ou lazer, a segurança e o fluxo de tráfego (Adler, Mueller e Laufer, 2004).

Torna-se então pertinente abordar certas perspetivas sociológicas do crime. Começamos então pela teoria da desorganização social. Segundo Glick (2004), o principal foco desta teoria é a grande variedade de condições ambientais e urbanas que afetam as taxas de criminalidade. Esta, também se concentra no desenvolvimento de comunidades que possuem altas taxas de crimes e que estão associados com a quebra de normas e valores convencionais, como resultado do aumento da imigração, da industrialização e da urbanização. É nesta base que Robert Ezra Park, Ernest Watson Burgess e Roderick Duncan McKenzie elaboraram o conceito de "ecologia humana", da Escola de Chicago, durante a década de 1920. Este conceito serviu de base para o estudo do comportamento humano, tendo como referência a posição dos indivíduos no meio social urbano. A abordagem ecológica questiona se o espaço físico e as relações sociais determinam ou influencia o modo e o estilo de vida dos indivíduos. Durante esta década a cidade de Chicago era, em grande parte, povoada por recém-chegados e imigrantes, que ocuparam a parte central da cidade, sendo esta a mais deteriorada na altura (Burgess, 1925). Neste cenário, os autores referidos anteriormente, criam assim o chamado modelo de círculos concêntricos, um modelo de zoneamento sócio-ecológico, estudando cientificamente a relação entre as taxas de criminalidade e as várias

zonas comunitárias. Este modelo demonstra de que forma as pessoas estão distribuídas espacialmente no processo de crescimento urbano (Burgess, 1925). Através deste paradigma foi possível concluir que as maiores taxas de criminalidade e delinquência concentravam-se no centro da cidade (apelada de Zona 1 ou Loop), e na zona de transição (Zona 2), com elevada proporção de construção, demolições e habitações temporárias, onde um grande número de imigrantes habitava, e que as taxas diminuía progressivamente à medida que se afastavam do centro da cidade para a periferia (Zona 3,4 e 5 sucessivamente). A correlação era maior para roubos, extorsão e estupros. Concluiu-se que áreas de negócios também eram fortemente afetadas pela atividade criminal. Esta pesquisa também mostra que a maioria dos ofensores residiam perto das áreas onde cometiam os seus crimes, não significando que estes por vezes não viajassem para os cometer o que leva a que o ofensor veja o crime como digno do risco corrido (Reid, 2003). Clifford R. Shaw e Henry D. McKay, popularizaram esta teoria através do estudo da ecologia social urbana (Shaw e McKay, 1969), e começaram a sua pesquisa com o objetivo de medir até que ponto a delinquência juvenil era influenciada pelas áreas em questão e referidas no modelo de círculos concêntricos. Para isso, mapearam o endereço de cada delinvente referenciado em tribunais de menores, chegando à conclusão que as características da área de residência, e não dos indivíduos em questão, regulavam os níveis de delinquência (Cullen e Agnew, 2011).

É neste contexto que surge a necessidade da prevenção do crime situacional, que procura proteger as pessoas, os locais e os bens, de possíveis vitimizações. Esta consiste no conhecimento de como, onde e quando, o crime ocorreu, e implementar uma medida específica que irá alterar uma situação em particular, para prevenir o crime. A prevenção situacional, e as suas técnicas, também se podem inserir na teoria das atividades rotineiras, já referida anteriormente, reduzindo as oportunidades dos ofensores motivados, tais como, protegendo os alvos apetecíveis e aumentando a presença de vigilantes e de iluminação urbana (Adler, Mueller e Laufer, 2004). Falando de prevenção é, de todo, pertinente continuar a inferir que as suas estratégias deverão incidir não só no potencial criminoso e na vítima, mas também, nos espaços onde o crime poderá ocorrer, ou seja, nos espaços urbanos, tendo em conta as suas características arquitetónicas (Fernandes, 2011).

Oscar Newman introduz então, em 1972, na comunidade científica, o conceito de espaço defensivo (Newman, 1996). Este acreditava que o crime poderia ser reduzido modificando as características físicas ambientais ao ponto do crime ser mais difícil de cometer devido à área em questão dar a impressão de que os residentes estão no seu controlo, um bom exemplo disso é o aumento da iluminação (Reid, 2003). Surgem assim os programas CPTED.

A Prevenção Criminal Através do Desenho Urbano, ou Espaço Construído, mais sucintamente, CPTED, é uma abordagem, de entre muitas, que deve ser tida em apreciação e não negligenciada, na planificação correta dos espaços públicos, tendo sempre como objetivo final a promoção do bem-estar e a segurança dos cidadãos. A nível dos espaços públicos estão incluídas as zonas residenciais, espaços comerciais, centros históricos, hotéis, escolas, zonas industriais, parques de estacionamento, áreas de lazer, como parques infantis e recreativos, paragens de transportes públicos, passagens subterrâneas, etc. A Direção Geral de Administração Interna produziu um manual de boas práticas para a questão dos CPTED com indicações que reduzam as oportunidades das situações de insegurança ocorrerem. A CPTED vai além das tradicionais formas de prevenir o crime, como a utilização de cancelas, fechaduras mais seguras, portas blindadas, câmaras de vigilância ou sensores, esta utiliza medidas de agradabilidade visual, sem interferir com o normal uso do espaço (Direção Geral de Administração Interna, 2013).

Esta abordagem procura reduzir o sentimento de insegurança dos cidadãos, bem como as oportunidades para comportamentos delinquentes, anticívicos, transgressores ou ilícitos (Direção Geral de Administração Interna, 2013). Baseia-se, assim, em estratégias de planeamento dos espaços voltados à segurança, com destaque para a criação do sentimento de pertença através da ocupação, manutenção e gestão dos espaços, a supervisão pelos moradores e transeuntes dos mesmos, uma iluminação adequada, aumento do campo de visão, diminuição de áreas vulneráveis, criação de atividades de lazer e convivência social. Os seus principais objetivos prevêm:

- i) Melhorar o ordenamento do território;
- ii) Utilizar métodos de vigilância que sejam sensíveis ao direito à privacidade;
- iii) Encorajar o *design* de bens de consumo mais resistentes à prática de crimes;

- iv) Aumentar a “robustez” dos equipamentos urbanos, sem afetar a qualidade das zonas edificadas e o livre acesso aos espaços públicos;
- v) Implementar estratégias que previnam a revitimização (Direção Geral de Administração Interna, 2009).

É necessário então, para colocar esta estratégia em prática, que seja feita uma avaliação do risco de ocorrência de crime, num determinado espaço físico. Este risco será assim a antecipação das consequências da ameaça de crime a um determinado alvo. Esta avaliação irá fornecer uma ideia do tipo de crime que poderá ocorrer e da sua gravidade, sendo que ajuda a escolher qual das estratégias CPTED será a mais adequada a aplicar àquele local (Fernandes, 2011).

O fenómeno do desenvolvimento urbano afeta a segurança pública, na medida em que a ameaça ou a realização de crimes por esta via tem reflexos diretos e imediatos na ordem, tranquilidade, ou mesmo na questão das incivildades que podem ser relevantes para o aumento/diminuição do sentimento de segurança (Costa, 2015).

Passemos então a explicar quais os quatro princípios CPTED (Direção Geral de Administração Interna, 2013):

i) **Vigilância natural:** A vigilância natural pode aumentar o risco para o autor do delito, se, aqueles que estiverem atentos aos seus movimentos, se dispuserem a agir perante uma potencial situação de perigo ou insegurança. O objetivo primário da vigilância natural não significa impedir a entrada de intrusos (podendo, no entanto, produzir este efeito), mas sim controlar visualmente a intrusão. Aumentar o número de pedestres, ou seja, encorajar ao uso do espaço público, também é uma forma de vigilância (Cozens, Saville e Hillier, 2005).

ii) **Controlo natural de acessos:** Disposição de elementos naturais como arbustos ou vegetação semelhante, bem como estruturas físicas: portas, cercas ou muros, que dão indicações às pessoas relativamente à legitimidade da sua permanência num determinado espaço. Procura reduzir a oportunidade para o crime negando o acesso dos ofensores aos potenciais alvos e originando uma maior percepção do risco (Cozens, Saville e Hillier, 2005).

iii) **Reforço territorial:** Normalmente, as pessoas protegem o espaço que apreendem como seu e respeitam as fronteiras. Fronteiras claras entre espaço público e privado podem ser alcançadas através de elementos físicos que expressam uma ideia de apropriação, como por exemplo: cercas, muros, sebes, diferentes pavimentos, elementos artísticos, sinalética, boa manutenção e jardins. A identificação de intrusos é muito mais facilitada nestes espaços bem definidos.

iv) **Manutenção e gestão:** Este princípio está relacionado com o sentimento de pertença, ou apropriação e zelo, que os utilizadores demonstram na sua relação com o espaço, como por exemplo a forma como os moradores de um bairro residencial cuidam dos espaços comuns. Está também relacionado com o reforço territorial e com o encorajamento ao uso do espaço público (Direção Geral de Administração Interna, 2013).

A CPTED depende destes 4 princípios estruturantes e de uma abordagem multidisciplinar, só assim estes princípios de conceção urbanística irão promover a segurança das pessoas e dos seus bens. A CPTED baseia-se, principalmente, em princípios de bom senso (Macedo, 2013), implementados através da chamada Abordagem 3 “D”: Designação, Definição e Design, que possuem o objetivo de aferir as condições do uso do espaço, quando já construído, identificando se necessita de alterações ou requalificações, e possui 3 funções:

- i) Todo o espaço humanizado tem de ter um ou mais objetivos bem designados;
- ii) Tem de ter, também, uma definição social, cultural, legal e física, que indique os comportamentos desejados e aceitáveis;
- iii) Deve, por fim, ser desenhado para apoiar e enquadrar comportamentos desejados.

Mais explicitamente, na Designação deverá ser questionado o objetivo do espaço em questão, na Definição, os limites, sinalética e se o objetivo do espaço é claro, e no Design, se o espaço contribui para a função pretendida e para comportamentos desejáveis.

Em suma, quanto mais degradada estiver uma área, mais apelativa poderá ser para o desenvolvimento de atividades não desejadas. A manutenção e a imagem de um lugar podem

ter um impacto significativo na forma como será escolhido para desenvolver atividades não desejadas (Direção Geral de Administração Interna, 2013).

É de referir, também, que para colocar estas estratégias em prática, é essencial que as forças de segurança possam envolver-se, pois estes é que serão capazes de identificar quais os espaços com uma maior ocorrência de crime, assim como, o tipo de crime que mais ocorre naquele local, e também o perfil de vítima que mais é afetada, algo que não ocorre com frequência no nosso país nem está previsto na legislação urbanística (Fernandes, 2011). Por outro lado, a CPTED, parte do princípio de que a comunidade também pode ter um papel significativo na prevenção do crime. Normalmente, os cidadãos esperam sempre pela ação das forças de segurança, associada a uma aplicação rápida da lei, que castigue os infratores e reprima a criminalidade. A indiferença do público em geral em relação à segurança surge devido à falta de conhecimento sobre formas de proteção e, provavelmente, devido a uma percepção de que alguém, o governo ou alguma companhia de seguros, irá suportar os custos associados ao furto ou vandalismo, mas são as pessoas que mais podem ter consciência dos problemas vividos na sua área de residência ou local que frequentam (trabalho, lazer, escola, etc.) (Fernandes, 2011).

Sendo que existem dificuldades institucionais, administrativas, económicas e estruturais para a aplicação da CPTED, esta é uma estratégia de fundamental importância para a construção de cidades mais seguras, razão pela qual deve haver maior incentivo para sua implementação, e, ainda, estar inserida nas políticas de segurança pública (Neto e Vieira, 2014). Por fim, convém completar referindo que esta abordagem pode então reduzir significativamente o risco e o medo do crime, assim como, os custos associados com a contratação de segurança (pessoal, alarmes, câmaras de videovigilância), mas também tem os seus limites. É apontado, principalmente, o facto de ofensores “irracionais”, como toxicodependentes sob o efeito de drogas, não se limitarem pelos aspetos referidos anteriormente, logo esta não é uma abordagem perfeita nem irá acabar com o crime pois nem tudo pode ser controlado apenas por modificar a ecologia urbana, e a condição humana é complexa e difícil de controlar, modificar e manipular.

1.5. Alguns estudos sobre segurança e crime

Na comunidade científica são vários os estudos já publicados sobre as questões do crime, mais especificamente da segurança. Ao âmbito deste projeto foi decidido destacar alguns, entre eles, um da Professora Ana Isabel Sani e da Professora Laura Nunes intitulado de “Vitimação, sentimento de insegurança e políticas públicas de segurança”, e o outro de Mariana Vivian e Renato Saboya, “Arquitetura, espaço urbano e criminalidade”.

Começamos então pelo que foi primeiramente referido. Este estudo desenvolveu-se entre 2010/2011, sendo publicado em 2013, após contatos com o Comando Metropolitano do Porto – Polícia de Segurança Pública, que pretendia conhecer a percepção que a população de uma comunidade problemática, tinha sobre o crime e as incivildades que mais ocorriam frequentemente, assim como, o crime que mais temiam, e que incivildades poderiam potenciar este fenómeno. Assim procedeu-se ao estudo em questão utilizando o método do inquérito suportado pela técnica do questionário. Quanto à amostra, foram inquiridos 244 indivíduos com idades entre os 16 e os 82 anos, sendo que 62,7% dos participantes eram do sexo feminino e 37,3% do masculino.

Em relação aos resultados obtidos verificou-se que os crimes mais temidos seriam então o furto/roubo com 58.6% das respostas, o assalto à residência com 49.2%, a agressão física com 43.4%, o tráfico de drogas com 41% e o assalto a estabelecimento comercial com 34%. Quanto à percepção dos crimes mais praticados temos então o furto/roubo com 61.1% das respostas, o tráfico de drogas com 56.8% e o assalto a estabelecimento comercial com 42.2%. No que diz respeito à percepção das condições que favorecem o crime, o consumo de álcool e drogas foi o mais apontado com 74,2% das respostas, sendo seguido pelo desemprego e a pobreza com 67,2%. A falta de policiamento e a delinquência juvenil também se mostraram fatores que, para a população, favoreciam as condições do ato criminal, atingindo uma percentagem de 35,7% e 34,8% das respostas. Aspectos como iluminação deficitária e maus arruamentos também foram considerados em 23,8% e 14,8% das respostas, respetivamente. Por fim, na ocorrência de incivildades os participantes responderam maioritariamente que dispensar lixo na rua, danificar equipamentos públicos e estacionar de forma caótica eram os mais frequentes com 51,6%, 48% e 43.9% das respostas.

Concluiu-se assim que não há necessariamente uma correspondência direta entre os crimes mais percebidos/temidos e aqueles que realmente são mais frequentes na zona estudada, o que revela sentimento de insegurança não se deve só à presença do crime (Sani e Nunes, 2013).

Passemos então ao segundo estudo acima referido. Vivian e Saboya (2012) pretendiam investigar a possível influência que relações de intervisibilidade (permeabilidade visual) entre os espaços públicos e privados possuem sobre a ocorrência de crimes, partindo da hipótese de que uma maior conexão visual entre área pública e privada inibiria a ocorrência de crimes pois perceberam que, de certa forma, parecia existir uma ligação entre as construções edificadas e a probabilidade de frequência de crimes nesses locais. A cidade escolhida foi Florianópolis, no Brasil, e a metodologia consistiu primeiramente na recolha das respectivas informações da amostra, ou seja, 94 locais onde em 2010 teriam ocorrido algum tipo de crime, não só no espaço público, mas também no interior das residências, ou seja, principalmente crimes de furto/roubo e violação de domicílio, assim como as características espaciais dos edifícios nesses locais (muros, grades, vegetação, etc.), sendo que a preferência dessa análise seria em edifícios residenciais, e se os mesmos estariam habitados ou, por outro lado, abandonados; definiu-se um grupo de controlo, ou seja, locais que estivessem ao mesmo tempo nas regiões dos crimes, mas em pontos distantes o suficiente para estarem fora de sua área de influência imediata; compararam então as características da amostra com as do grupo de controlo; e, por fim, interpretaram os resultados, e eles são os seguintes: a percentagem de lotes de usos vazios na amostra foi maior, 12,8%, do que no grupo de controlo, 6,7%, o que reforça a noção de que os crimes em áreas residenciais ocorrem com maior frequência quando existe a proximidade de áreas vazias (e que, portanto, não oferecem intervisibilidade); o grupo de controlo apresenta maiores valores de interface de alta visibilidade (IAV) com 42,11%, enquanto que na amostra de ocorrência de crimes esse índice foi de 35,16%.

Concluiu-se assim que a edificação e os arruamentos estão ligados à ocorrência de crimes, no sentido em que este tende a ocorrer em locais nos quais as condições arquitetónicas são favorecedoras ao mesmo, com muros sem visibilidade, vegetação alta e sem manutenção, ruas com edifícios abandonados ou vazios, fachadas sem janelas, entre outros.

Capítulo II

Contribuição Empírica

2.1. Desenho do Estudo

O estudo que aqui se propõe tem como objetivos gerais capturar a percepção de in/segurança dos estudantes da área urbana de Asprela, bem como identificar as características do desenho urbanístico (e paisagístico) da área supra-referida e descrever o traçado de espaços que, naquela região, possam estar relacionados com as ocorrências criminais, para que, desta forma, o crime possa ser prevenido nesta zona. Para isso, pretende-se então propor uma investigação que recorra ao método do inquérito, mais precisamente, à técnica do questionário, e ao método observacional, mais precisamente, à técnica da observação simples, para alcançar as conclusões pretendidas.

Passemos agora a explicar as técnicas selecionadas para o estudo em questão. Segundo Gil (p. 105, 1989) a técnica da observação simples entende-se por aquela em que o investigador observa de maneira natural os fatos que ocorrem no local em que se encontra, torna-se assim, uma técnica espontânea e informal mas num plano científico.

Quanto ao questionário este tem como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, percepções e situações vivenciadas pelos estudantes universitários, tendo como vantagens atingir um grande número de pessoas, e respostas, implica menores gastos a nível pessoal, garante a confidencialidade e anonimato de respostas e não expõem as pessoas em questão à influência de opiniões de outros.

2.2. Amostra

No estudo que se propõe a amostra serão os estudantes universitários que frequentam uma das universidades inseridas no Pólo Universitário de Asprela, independentemente da sua idade, ano, ou ciclo que frequente, ou nacionalidade. Espera-se, como em qualquer amostra, que uma pequena parte da população seja extraída da globalidade dos estudantes do Pólo Universitário de Asprela, visto estimar-se que só nesta área circulem cerca de 45 mil pessoas diariamente, entre elas, aproximadamente 27 mil estudantes (Neto e Coentrão, 2015). Assim, no mínimo, poderão reunir-se dados de cerca de 500 estudantes. Estes últimos deverão frequentar uma das Universidades ou Faculdades do Pólo referido, mais especificamente, a Escola Superior de Biotecnologia, a Escola Superior de Educação, a Faculdade de Economia, a Faculdade de Engenharia, a Faculdade de Medicina Dentária, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, a Faculdade de Desporto, a Universidade Fernando Pessoa, a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, o Instituto Superior de Engenharia e o Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

De acordo com Gil (p. 99, 1989), o tamanho da amostra dependerá da extensão do universo, ou seja, será finita, visto que o número de elementos não é superior a 100.000, do nível de confiança estabelecido, do erro máximo permitido, que nas pesquisas de cariz social usualmente é de 3 a 5%, e da percentagem com a qual o fenómeno se verifica.

Quanto aos espaços observados serão escolhidos aqueles em que se prevêem uma maior afluência de estudantes, seja nas áreas de lazer (cafés, centros comerciais, bares, lojas...), mas também os locais que englobam os seus percursos para as suas áreas residenciais, ou para os transportes, públicos ou privados, e aqui estão presentes os parques de estacionamento clandestinos ou legais, assim como paragens de autocarro ou estações de metro.

2.3. Material e procedimento

Antes de mais, como um dos procedimentos chave, para que este estudo seja realizado, e com o objetivo de obter o número máximo de respostas, terá de ser solicitada às Universidades e Faculdades a autorização para que um questionário seja divulgado nas suas instalações e para que sejam recolhidos dados junto dos seus estudantes. Procurar-se-á sempre recolher os dados sem prejuízo para as instituições e esclarecendo os objetivos do estudo, bem como todas as informações que os possíveis participantes considerem pertinentes.

Em seguida, o material a ser utilizado será a declaração de consentimento informado (Cf. Anexo B), alertando para o facto de que as respostas dadas serão sempre anónimas e confidenciais e de que foram informados do objetivo do estudo, da sua duração, e que, mesmo assim, consentem em participar voluntariamente e com sinceridade responder.

Falando agora do questionário supra referido, este instrumento já se encontra disponível no trabalho realizado por Nunes e Sani (2016), docentes da Universidade Fernando Pessoa e investigadoras do Observatório Permanente de Violência e Crime, desta mesma universidade (Cf. Anexo A). O questionário em questão foi realizado em 2015 tendo sido utilizado no estudo exploratório desenvolvido pelas autoras no Pólo de Asprela, em parceria com o Comando Metropolitano do Porto – Polícia de Segurança Pública, com o objetivo de se poder adotar medidas preventivas e interventivas a fim de diminuir a ocorrência de crime naquele local. Trata-se de um estudo meramente exploratório e que servirá como base para um outro de cariz mais alargado, que se encontra neste momento em desenvolvimento.

Serão então utilizadas 4 das 5 partes do questionário, mas não completamente, ou seja, apenas as questões mais relevantes para a proposta aqui descrita, sendo elas:

i) Parte A: Dados sociodemográficos: Importa saber o sexo, a idade e o estado civil, pois procura-se testar a hipótese presumida de que estudantes mais jovens e solteiros têm uma maior tendência a frequentar a área referida não só nas horas de estudo mas também nas horas de lazer; a escolaridade e o estabelecimento de ensino que frequenta, de modo a verificar qual a área em que este estudante mais convive e se realmente pertence ao à área do pólo que

se pretende analisar, a nacionalidade, a situação ocupacional, ou seja, se só estuda ou se também trabalha e, por fim, com quem vive, ao nível de inferir o seu grau de isolamento habitacional ou acompanhamento diário.

ii) Parte B: Percepção de segurança/insegurança: Visto ser a parte mais relevante do questionário para esta proposta, serão utilizadas todas as questões. É importante saber a percepção dos estudantes relativamente a se estuda numa área segura ou insegura e o porquê, nesta fase convém verificar à quanto tempo frequentam a área em questão, mais precisamente há quantos anos estudam naquele local, se o crime tem aumentado ou não e qual o motivo, os crimes que julguem mais frequentemente ocorrer nessa área e os mais temidos, que condições parecem favorecer mais a ocorrência de delitos e quais as incivildades observadas.

iii) Parte C: Vitimação: Nesta parte do questionário convém ao estudo proposto averiguar se os estudantes questionados já foram vítimas de algum crime naquela área, ou se conhecem alguém que já o tenha sido, qual o crime e os danos causados à vítima, a altura do dia em que ocorreu e o local, para posteriormente podermos comparar estas respostas com as características paisagísticas, entre elas, a falta de iluminação.

iv) Parte E: Segurança e policiamento: Por fim, esta não se trata de uma das partes do questionário mais relevantes para o estudo, mas algumas questões aqui contidas poderão revelar-se importantes na comparação posteriormente com o desenho urbano. Questões sobre as mudanças para melhorar a qualidade de vida e a segurança daquela área colocadas aos estudantes poderão ajudar a perceber por parte do investigador alguns dos problemas que Asprela apresenta, segundo os questionados, para mais tarde serem verificadas pelo mesmo.

Para o método observacional propõe-se a utilização da aplicação informática que está a ser desenvolvida pela equipa de investigadores da área da informática, no OPVC. Trata-se de uma aplicação a ser utilizada por agentes de polícia e, também, por investigadores que, no OPVC, se dedicam à análise dos espaços e da sua relação com a criminalidade. A aplicação – PrevCrim (Nunes et al., no prelo) – permite verificar quais os locais e as características onde ocorrem se reúnem mais condições paisagísticas para, de acordo com os princípios dos CPTED, poderem ocorrer mais crimes. De facto, esta ferramenta proporcionará a

Percepção de in/segurança em estudantes universitários do Pólo de Asprela e o desenho urbano como preventor do crime

oportunidade para, em função do estudo dos indicadores (CPTED), se sinalizarem as condições potenciadoras de crime.

2.4. Resultados esperados

Após a recolha de dados, através das técnicas já referidas anteriormente, resta a sua análise e interpretação, da análise dos dados, e após a estatística dos mesmos, serão extraídas as respostas ao problema e da interpretação surgirá o sentido mais amplo dessas mesmas respostas (Gil, 1989, p.166), ou seja, o objetivo de perceber se os estudantes universitários se sentem seguros ou inseguros na zona universitária do Pólo de Asprela, será cumprido, assim como, comparando as suas respostas, no caso de resposta afirmativa à questão de onde e como foram vítimas de algum tipo de crime, com a observação dos espaços que envolvem e preenchem a área referida, será possível extrair quais os locais mais propícios à ocorrência de crime e a hipótese do porquê de tal acontecer no local referido, neste caso se o mesmo se poderá dever às características paisagísticas desses mesmos locais, e assim prevenir este tipo de ocorrências e incivilidades. O quadro abaixo, na página seguinte, proporciona, mais sucintamente, o tipo de resultados que se espera alcançar, com base na literatura revista e exposta no capítulo 1.

Prevê-se assim alcançar resultados fidedignos e relevantes para este estudo, de modo que possam ser propostas medidas preventivas a nível do desenho urbano que ajudem a modificar estas características paisagísticas potenciadoras do crime e das incivilidades que levam conseqüentemente ao crime.

Quadro 1.

Resultados que se esperam alcançar através da literatura revista.

| Literatura | Resultados esperados |
|--|--|
| Ferreira (1998) | O crime aumenta o sentimento de insegurança, medo e incerteza. |
| Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011) | Quais os fatores que influenciam o incremento da criminalidade e o sentimento de insegurança dos cidadãos. |
| Brites (2010) | Medo do crime produz insegurança e isolamento. |
| Leal (2007) | Que o sentimento de insegurança não resulta então só das experiências de vitimação mas também da dinâmica mediática transmitida pela comunicação social. |
| Fenech (2001) e Sousa e Kelling (2004) | Que a percepção do aumento nos valores de criminalidade poder-se-á dever à explosão da pequena delinquência – incivilidades. |
| Kelling e Coles (1996) | Forte ligação entre medo do crime e desordem e entre incivilidades e crime. |
| Adler, Mueller e Laufer (2004) | As atividades de rotinas diárias da população, neste caso, dos estudantes, torna os mesmos em alvos e vítimas apetecíveis. |
| Burgess (1925) | O espaço físico e as relações sociais determinam ou influenciam o modo e o estilo de vida dos indivíduos. |

Análise conclusiva

O objetivo geral deste projeto é propor um estudo que dê a conhecer à comunidade científica e aos órgãos de responsabilidade social, qual a perceção de segurança ou insegurança sentida pelos estudantes universitários que frequentam uma das Universidades ou Faculdades do Pólo de Asprela, e comparar objetivamente esta perceção com a realidade e também com a área urbanística e características arquitetónicas desta zona, de modo que se possa produzir medidas para alterar estas características que podem ser potenciadoras do crime, e assim, facilitar e contribuir para a prevenção do delito e incivilidades que também contribuem para esta tão falada insegurança percebida e inclusive para o medo do crime.

De uma forma geral, o enquadramento teórico deste projeto dá a conhecer a problemática subjacente às questões da insegurança e do medo do crime, e oferece também algumas teorias sobre a sua prevenção, mais precisamente, foca-se na abordagem CPTED, o que é e como deve ser utilizada. Quanto à contribuição empírica julga-se que é uma mais valia que este projeto seja realmente aplicado, o que certamente a autora lutará para o conseguir, pois a área em questão é extremamente importante para a cidade do Porto, não só a nível económico, mas também social e educacional, assim como, mais especificamente, também é importante para os estudantes que necessitam de se sentir seguros, e serem segurados, neste local tão frequentado por eles e adotado, por muitos, como uma segunda casa.

Referências bibliográficas

- Adler, F., Mueller, G. e Laufer, W. (2004). *Criminology and the Criminal Justice System*. New York. McGraw-Hill.
- Burgess, E.W. (1925). The Growth of the City. In: R. Park, E. Burgess e R. McKenzie (Eds.). *The City*. Chicago, The University of Chicago Press, p. 47-62.
- Cohen L. e Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*. 44(4), pp. 588-608.
- Cozens, P. (2008). Crime Prevention Through Environmental Design in Western Australia: planning for sustainable urban features. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 3(3), pp. 272-292.
- Cozens, P., Saville, G. e Hillier, D. (2005). Crime prevention through environmental design (CPTED): a review and modern bibliography. *Emerald Insight*, 23(5), pp. 328-356.
- Cullen, F. e Agnew, R. (2011). The Chicago School: The City, Social Disorganization, and Crime. In: F. Cullen e R. Agnew (Eds.). *Criminological Theory: Past to Present*. New York, Oxford University Press, pp.89-110.
- Direção geral de Administração interna. (2009). *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais*. Lisboa, Direção Geral de Administração Interna.
- Direção Geral de Administração Interna. (2010). *CPTED Prevenção Criminal através do espaço construído. Guia de boas práticas*. Lisboa, Direção Geral de Administração Interna.
- Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011). [em linha]. Disponível em <http://www.dgterritorio.pt/> [consultado a 19/03/2016].

Fenech, G. (2001). *Tolerância Zero*. Mem-Martins, Editorial Inquérito.

Fernandes, D. (2011). Construir segurança: Prevenção do crime através da conceção do espaço. *Revista Infohabitar*. [em linha] Disponível em <http://infohabitar.blogspot.pt/2011/02/construir-seguranca-prevencao-do-crime.html> [consultado em 05/04/2016].

Fernandes L. e Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Revista Etnográfica*, 15(1), pp. 167-181.

Ferreira, E. (1998). *Crime e Insegurança em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.

Gil, A. (1989). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo. Editora Atlas S.A.

Glick, L. (2004). *Criminology*. Boston, Pearson.

Jornadas de Criminologia, Universidade Fernando Pessoa (2016). [em linha]. Disponível em <http://jornadacriminologia.ufp.edu.pt/home> [consultado em 08/03/2016].

Kelling, G. e Coles, C. (1996). *Fixing Broken Windows. Restoring order and reducing crime in our communities*. New York. Touchstone.

Kelling, G. e Wilson, J. (1982). Broken windows: The Police and Neighborhood Safety. *Atlantic Monthly*, 249(3), pp.29-38.

Leal, J. (2007). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Revista Sociologias*, 12(23/Janeiro-Abril/2010), pp. 394-427.

Machado, P. e Neves, A.V. (2001). *Segurança pública e desenvolvimento urbano. A prevenção do crime através do espaço construído*. Série Política de Cidades, nº7. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

- Neto, J. e Vieira, T. (2014). A estratégia de prevenção do crime através do desenho urbano. *Revista Ordem Pública*, 7(1), pp. 56-67.
- Neto, R. and Coentrão, A. (2015). Pólo Universitário da Asprela vai ter finalmente um parque verde. *Público*. [em linha] Disponível em <https://www.publico.pt/local/noticia/polo-universitario-da-asprela-vai-ter-finalmente-um-parque-verde-1700501> [consultado em 20/06/2016].
- Nunes, L. e Sani, A. (2016). *Relatório do Diagnóstico Local de Segurança Estudo Exploratório Pólo Universitário de Asprela*. Porto, Edições Fernando Pessoa.
- Newman, O. (1996). *Creating Defensible Space*. Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development.
- Observatório Permanente de Violência e Crime (2015). [em linha]. Disponível em <http://opvcufp.com/> [consultado em 18/02/2016].
- Pessoa, A. e Silva, V. (2014). Onda de assaltos no pólo da Asprela alarma estudantes. *Jornalismo Porto Net* [em linha]. Disponível em <http://jpn.up.pt/2014/06/06/onda-de-assaltos-no-polo-da-asprela-alarma-estudantes/> [consultado em 19/02/2016].
- Reid, S. (2003). *Crime and Criminology*. New York, McGraw-Hill.
- Sani, A. e Nunes, L. (2013). Vitimação, sentimento de insegurança e políticas públicas de segurança. In: P. Cunha (Ed.). *Construir a paz: visões interdisciplinares e internacionais sobre conhecimento e práticas. Volume 1. Família, justiça, social e comunitária*. Porto, Edições Fernando Pessoa, pp. 129-133.
- Shaw, C.R. e McKay, H. D. (1969). *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press.

Smith, M. (1996). *Crime Prevention Through Environmental Design in parking facilities..* Washington, U.S. Department of Justice. Office of Justice Programs - National Institute of Justice.

Sousa, W. e Kelling, G. (2006). "Of "broken windows," criminology, and criminal justice. *In:* D. Weisburd e A. Braga (Eds.). *Police Innovation: Contrasting Perspectives*. New York, Cambridge University Press, pp. 77-97.

Vivian, M. e Saboya, R. (2012). Arquitetura, espaço urbano e criminalidade: relações entre espaço construído e segurança, com foco na visibilidade. [em linha]. Disponível em <http://urbanidades.arq.br/2012/09/arquitetura-espaco-urbano-e-criminalidade/> [consultado em 29/03/2016].

Anexos

Anexo A

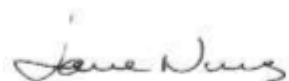
Autorização para utilização do questionário

Autorização para utilização do questionário *Diagnóstico Local de Segurança – DLS* – dirigido a estudantes universitários para fins de investigação científica

Ana Isabel Sani e Laura Marinha Nunes declaram que autorizam Soraia Cunha a utilizar o questionário *Diagnóstico Local de Segurança – dirigido a estudantes universitários* (Sani & Nunes, 2016), para a realização de um estudo cujo desenvolvimento se verificará na Universidade Fernando Pessoa.

Porto, 09 de julho de 2016

Assinaturas:



Anexo B

Declaração de consentimento informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Perceção de in/segurança em estudantes universitários do Pólo de Asprela e o desenho urbano como preventor do crime.

Eu, abaixo-assinado, _____, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da minha participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/____/20__

Assinatura do participante: _____

O Investigador responsável:

Nome:

Assinatura: _____

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa